



A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL – DEBATES CIENTÍFICOS E POSIÇÕES POLÍTICAS. APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA SUA LEGITIMAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO EUROPEU OS ANOS 1920

*José António Afonso*¹

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO / CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO (CIEd)

RESUMO

A presente reflexão tem por base a extensa e importante entrevista concedida por Edouard Claparède, em 1921, no âmbito do monumental Enquête sur la production, empreendido pelo Bureau International du Travail. Claparède assinala, com clareza, o essencial das suas posições sobre a Orientação profissional, como uma solução que possa contribuir para a reorganização de uma Europa profundamente dilacerada pela I Guerra Mundial. A posição defendida – que se implica numa geração de psicólogos e pedagogos – sustenta-se nos princípios da Educação Nova e entrelaça-se num amplo movimento de reforma social em que intelectuais, cientistas, sindicalistas, empresários e políticos, se comprometem, social e eticamente, no progresso e na justiça sociais.

Palavras-chave: Educação Nova; Orientação profissional; Psicologia; Claparède; Progresso.

Introdução

A I Guerra Mundial é uma fratura primogénita na Europa, quer pelas heranças que legou – marcando sintomaticamente a conferência de Paris, de 1919, o fim de uma época e o início de outra –, quer pelos impactos humanos e sociais, de carácter socio-antropológico, demográfico e no quadro da psicologia coletiva.

A I Guerra Mundial significou uma inimaginável mobilização de recursos humanos e materiais, representando o conflito de maior amplitude e globalidade vivido até então pela Humanidade. Calcula-se em mais de 60 milhões de soldados mobilizados, tendo sido convocados todos os homens úteis entre os 16 e 48 anos. Os seus efeitos, especialmente nas sociedades europeias, penalizaram a população não combatente, impondo-se nas zonas de

¹ jafonso@ie.uminho.pt

combate a lógica da “*guerra total*” (devastação total do território, deportações, confiscação maciça dos bens, ..., refugiados), assumindo a noção de inimigo proporções inimagináveis, que tangeram também as populações civis. A mobilização das retaguardas passa a ser constante. A indústria e os serviços são militarizados e as economias planificadas em função do conflito. A I Guerra Mundial é o primeiro conflito onde a ciência e tecnologia mais avançada são realmente postas ao serviço das indústrias de guerra. Os explosivos, os gases mortais, os tanques, as modernas metralhadoras, os submarinos, os aviões, incorporaram todo o potencial inovador da indústria química e metalúrgica, transformando a I Guerra no conflito mais sangrento vivido pela Humanidade até ao momento, e, anunciando o fim do ciclo das “*guerras românticas*”, configuraram a sua especificidade moderna.

Calcula-se que terão havido mais de 10 milhões de combatentes mortos e 17 milhões de feridos (dos quais 4 milhões ficaram inválidos), 3 milhões de viúvas e 6 milhões de crianças órfãs. O número de vítimas não combatentes foi idêntico aos dos combatentes (10 milhões) como consequência dos bombardeamentos, da destruição das cidades e povoações, mas também originadas pelas deslocações forçadas ou pelas péssimas condições sanitárias e alimentares, como ainda vítimas das políticas de genocídio e de limpeza étnica – de que são dramático exemplo os arménios perseguidos pelos turcos, que se saldou em 1,5 milhão de vítimas, os ciganos na Europa Central, os residentes na Polónia russa, os assassinatos massivos dos sérvios pelas tropas austríacas ou as matanças dos polacos na Silésia pelos alemães.

A I Guerra Mundial dá origem a uma radical transformação do mapa da Europa Central e de Este, desaparecem 4 impérios multiétnicos (russo, alemão, austríaco e otomano); criam-se 9 repúblicas e 2 monarquias novas. A geopolítica altera-se. Os nacionalismos triunfam, não sem conseguirem esconder inúmeras tensões e conflitos.

A I Guerra Mundial é a expressão da construção de uma cultura de guerra, com o objectivo de se criarem consensos que justificam a mobilização patriótica. Em todos os países beligerantes a tese da “pátria em perigo” – ou da “razão de Estado” – é exaltada em base na propaganda que elege o inimigo como “símbolo máximo da brutalidade”. Na frente de batalha, todos os exércitos já dispunham dos seus próprios telefones e fonógrafos. O cinema é utilizado para legitimar a violência e justificar o racismo e a xenofobia, especialmente nas retaguardas neutralizando como anti-patriótico todos os apelos pacifistas e anti-belicista. A perda de autonomia dos intelectuais é porventura uma outra consequência do conflito. Subsistem vozes (Bertrand Russel, George Bernard Shaw, Albert Einstein, Stefan Zweig ou Roman Rolland entre outros) que são a “consciência moral da Europa” e no cinema filmes como o *J’ accuse* (1919), de Abel Grace, ou *Armas ao Ombro* (1918), de Charles Chaplin, são poderosas mensagens anti-bélicas e ferozes críticas do horror da vida na frente de batalha.

O fim da I Guerra Mundial representa um *Jus post bellum* (jogos normativos, justiça reparadora e deliberação e formação de instituições internacionais) que se cruza com o

nascimento dos movimentos pacifistas e feminista (um dos corolários da forçada feminização do trabalho), com o despertar dos movimentos operários, socialista e das correntes do cristianismo social; mas ainda pela nova perspetivação das economias e das relações internacionais, pelas inevitáveis modificações no mundo do trabalho, e pela reconfiguração das sociabilidades².

É num contexto de uma esperança que Claparède concede a entrevista, defendendo que a Orientação profissional tem uma “*fonction sociale*”, devendo contribuir para a resolução dos problemas sociais e económicos. Edouard Claparède concebe a Orientação profissional como uma ciência prática, com numerosos pontos de aplicação na sociedade, como, por exemplo, o diferente rendimento dos sujeitos nas suas actividades, o que levou os psicólogos a considerar as aptidões como um factor de discriminação dos indivíduos, como sustenta Claparède:

C'est la psychologie qui m'y a tout naturellement conduit. L'étude des aptitudes pose tout naturellement le problème d'une façon théorique. Tous les individus n'ayant pas les mêmes aptitudes, ne devrait-on pas, pour tirer un meilleur rendement de l'individu, lui donner des travaux en rapport avec ses aptitudes propres?³

Na Entrevista, Claparède manifestou um distanciamento crítico para com o taylorismo, aclarando que “les erreurs du taylorisme, qui considère l'individu comme une machine quelconque dont on mesure le mécanisme automatiquement, et qui ne tient pas compte de l'état d'âme”, na continuidade, pontualiza que a ideia da Orientação profissional “nécessite des recherches extrêmement longues et délicates. Il faudrait aller sur place dans les usines réaliser des expériences préliminaires, nécessitant des tâtonnements; il faudrait procéder à des enquêtes chez les ouvriers, dans les familles”.

1. A Europa e o conflito bélico: esperanças e desafios

Nas dilaceradas sociedades europeias, emergiram projectos de educação popular, que apesar da sua diversidade, mantinham como denominador comum a valorização pessoal e a socialização para a vida cívica, sem excluir ninguém. Reactivando a ideia social da democracia, do pacifismo e do internacionalismo, por métodos auto-organizativos e pedagogias activas, que evidenciam a natureza antropológica da autoformação, assiste-se à emergência dos escotismos (quer confessional, quer laico), dos albergues da juventude e dos roteiros da Europa, mas também das Universidades Populares, das Bibliotecas Comuns, dos Círculos de Estudo, das escolas operárias e sindicais que disponibilizam um “ensino politécnico”, das Bolsas de Trabalho e dos Socorros Mútuos, como ao nascimento e difusão das denominadas Obras peri-escolares (colónias de férias, escolas ao ar livre), entre muitíssimas outras iniciativas pautadas para uma formação para a vida democrática, que indelevelmente reabilita, e reativa, a questão da

² A informação teve essencialmente por base os estudos de Ferro (2002) e Locano (2014).

³ Ver entrevista em anexo.

Orientação profissional, como uma resposta que possa minorar impactos humanos e sociais das sequelas do conflito que assolou o território europeu entre 1914 e 1918 (ver Baubérot & Duval, 2006, e Baudeau, 2006). A crença na liberdade de expressão, na democracia e no progresso social, são o elo que une os movimentos da juventude, os movimentos dos reformistas sociais e os movimentos operários, como ainda inúmeros pedagogos, que na sua diversidade – como Maria Montessori, na Itália, Célestin Freinet, em França, Ovide Decroly, na Bélgica, Adolphe Ferrière, na Suíça, Alexander S. Neill, no Reino Unido, ou John Dewey, nos Estados Unidos da América –, tentam inventar uma outra escola, que permita reflectir, por um lado, sobre a continuidade entre educação, sociedade e democracia, e, por outro lado, fomentar as capacidades de cada um, promover o espírito de iniciativa e libertar a criatividade, criticando a doxa pedagógica. Os novos modelos educativos, propõem, na sua diversidade, uma pedagogia activa, concebida como um equilíbrio entre actividades manuais, intelectuais, artísticas e trabalhos de grupo, que se intercalam com tarefas individuais e colectivas. Na sua generalidade, estas propostas – que têm em comum o respeito pelos interesses, necessidades e liberdade da criança –, estão no cerne da pedagogia das Escolas Novas progressistas, com o objectivo de criar condições para uma educação para a democracia e a paz. Nevralgicamente, muitas destas experiências federaram-se na *Ligue Internationale pour l'Education Nouvelle*, criada em 1921, com base no modelo da Sociedade das Nações (cf. Gutierrez, 2009, 2011).

O Tratado de Versailles – ou Conferência de Paz com a Alemanha –, de 28 de Junho de 1919, estabelece na sua Parte XIII, Secção I:

Attendu que la Société des Nations a pour but d'établir la paix universelle, et qu'une telle paix ne peut être fondée que sur la base de la justice sociale;

Attendu qu'il existe des conditions de travail impliquant pour un grand nombre de personnes l'injustice, la misère et les privations, ce qui engendre un tel mécontentement que la paix et l'harmonie universelles sont mises en danger, et attendu qu'il est urgent d'améliorer ces conditions: par exemple, en ce qui concerne la réglementation des heures de travail, la fixation d'une durée maxima de la journée et de la semaine de travail, le recrutement de la main d'oeuvre, la lutte contre le chômage, la garantie d'un salaire assurant des conditions d'existence convenables, la protection des travailleurs contre les maladies générales ou professionnelles et les accidents résultant du travail, la protection des enfants, des adolescents et des femmes, les pensions de vieillesse et d'invalidité, la défense des intérêts des travailleurs occupés à l'étranger, l'affirmation du principe de la liberté syndicale, l'organisation de l'enseignement professionnel et technique et autres mesures analogues;

Attendu que la non-adoption par une nation quelconque d'un régime de travail réellement humain fait obstacle aux efforts des autres nations désireuses d'améliorer le sort des travailleurs dans leurs propres pays (Apud Guérin, 1996, p. 79 sq.).

As directrizes institucionais para a criação de um organismo que assuma essa missão foram lançadas, nascendo, nesse ano de 1919, a *Organization Internationale du Travail* (OIT), estabelecendo-se ainda o seu secretariado permanente, sediado em Genebra, o *Bureau International du Travail* (BIT). A primeira prioridade do BIT, foi estudar cientificamente a questão do desemprego, propondo soluções políticas para a sua resolução, que objectivamente encaravam a questão social na sua estreita relação com as transformações que se operavam no campo da economia, que *de facto* não podiam ser desligadas da emigração, da imigração, do desemprego, da higiene industrial, da segurança social, da duração do tempo de trabalho, da mecanização (como um dos corolários da difusão de novas técnicas de produção resultantes da intensa mobilização industrial da I Guerra Mundial), das técnicas de *management*, do “estado físico, mas também moral” dos trabalhadores, nem do objectivo de uma plena integração na (re)construção das sociedades nacionais, onde a “sinceridade entre as classes” (para se usar a expressão de Albert Thomas, primeiro secretário do BIT) devia ser a matriz do diálogo, da conciliação e da concertação sociais⁴ (cf., Feiertag, 2008; Guérin, 1996), não escamoteando a dimensão internacional dos problemas, bem como o diferencial “*tournat taylorien*” (cf., Fridenson, 1987), que constrangiam as “políticas de racionalização” propugnadas. No entanto, a “competência científica” e a “neutralidade” do BIT, granjearam-lhe “reconhecimento internacional”, constituindo-se como um espaço institucional capaz de atrair os meios e personalidades científicas internacionais, implicados na reforma social, constituindo-se, desta forma, como uma “*nébuleuse réformatrice*” (cf., Topalov, 1999), que possibilita, por um lado, a construção de uma linguagem partilhada e, por outro lado, convergências na acção que ultrapassam os determinismos sociais e políticos. Encontra-se, então, o interesse manifestado pelo BIT na questão da Orientação profissional e a adesão dos pioneiros francófonos da psicologia científica, onde Edouard Calparède ocupa um lugar central pela intensa colaboração que estabeleceu com o BIT, e pela militância na construção, em 1920, da *Association Internationale de Psychotechnique* (AIP), catalisadora de Conferências internacionais onde se debateram as articulações entre Psicotécnica, Orientação Profissional e Organização Científica do Trabalho (OCT).

2. Educação Nova e modernização da sociedade

O nascimento da Orientação profissional está ligada às profundas alterações sociais, económicas e técnicas; mutações essas que impulsionaram a procura social da educação e de

⁴Nos anos 1920, Albert Thomas propõe um extenso e fundamentado *Enquête sur la production*, que foi editado em 8 volumes, entre 1920 e 1925, com um duplo objectivo: obter e agrupar a informação internacional sobre as condições de trabalho, que possibilite cientificamente sustentar as decisões do organismo.

orientação, situando-se, portanto, num estágio do desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas, determinado, quer pela crescente separação entre produtores e consumidores, quer pela evolução dos sistemas produtivos, onde se colocava o candente problema da alocação social dos indivíduos, bem como os dispositivos que deviam regular o processo de afetação. Neste sentido, a Orientação profissional é inseparável da evolução dos modelos teóricos da Psicologia, e da nascente Sociologia, ao configurar uma patente rutura com um modelo mecanicista (ou como frequentemente é designado: empírico) em que se procurava obter um ajustamento entre as exigências de uma profissão e as aptidões individuais, medidas no fim de um percurso escolar; propondo, em alternativa, um modelo educativo onde se promovesse o desenvolvimento das capacidades individuais para a autonomia e escolha profissional (cf., Danvers, 1988).

Nesta conjuntura, poder-se-á, assim, compreender que a compaginação entre educação e indústria (técnica, racionalidade e ideologia) – que paulatinamente se concebe sob o signo do taylorismo, na amplitude semântica do axioma: *The right man in the right place* (Taylor, 1911) – incrementa a aliança entre industrialistas e reformistas da educação, com a intenção de efetivar o consenso político que gere a modernização, indissociavelmente económica e social, de uma Europa que se reedifica (cf., Cayet, 2007).

Em obra evocativa do vigésimo aniversário (1912-1932) do *Institut J. J. Rousseau*, P. Bovet (1932), estabelece a origem do conceito de Orientação profissional, na Suíça. Explicitamente, e sem qualquer tibieza, afirma que com “ (...) *les précisions nécessaires pour la distinguer du placement et de divers autres efforts apparentés, le mot d'orientation professionnelle nous est venu de Bruxelles*” (id., p. 104), acrescentando que se deve a M. Christiaens a liminar aportação onde se estabelecem as relações com as aptidões. P. Bovet nota outra referência ímpar: M. Julien Fontège, professor francês exilado na Suíça, que propôs um ambicioso plano de trabalhos centrado num duplo estudo “ (...) *qui caractérise l'orientation professionnelle: celle des aptitudes requises pour une profession, celle des aptitudes présentes chez un candidat à une profession.*” (id., p. 105). A partir de 1918, o método de M. Fontège – que na sua expressão ampla implica que os dados da Orientação profissional (entrevista com a criança e exame psicológico geral) sejam completados com a informação fornecida pela família, pelo professor e pelo médico escolar – enraíza-se nas práticas institucionais do *Institut* (id., pp. 105 sq.). Também, em finais da década de 1910, a influência de H. Piéron – “*l'homme de l'orientation professionnelle [em França], adaptant successivement ses méthodes aux terrains divers dans lesquels il était appelé à travailler*” (id., p. 106) –, um dos criadores do Grupo francês da Educação Nova, a que presidiu na década de 1930, redator e diretor, no mesmo período, da revista *Pour l'Ère Nouvelle*, fez-se de sobremodo sentir em Genebra. Nomes como M. César de Madariaga, as Professoras Chavannes et Jezler, M. Edmond Dégallier, M. Walther, entre outros (id., pp. 105 sq.) são sinalizados, mas a reitora influência, como reconhece P. Bovet, encontra-se

em E. Claparède, cujo contributo espraia-se por decisivas análises sobre a estreita injunção da Orientação profissional com a educação, a tecnopsicologia e o estudo do trabalho industrial (suportadas por levantamentos em meios industriais e monografias profissionais); pela execução de estudos para o BIT; e, na década de 20, pelo substancial empenho na fundação das grandes diretrizes científicas (id., pp. 107 sq.), metodológicas e técnicas (id., pp. 112 sq.) e institucionais (id., pp. 109 sq.) sobre a Orientação profissional.

E. Claparède publica, em 1922, com a chancela do *Bureau International du Travail*, o capital manifesto, *L'orientation professionnelle. Ses problèmes et ses méthodes*.

O estudo começa por definir o conceito de Psicologia económica, enquadrando-o, após uma breve história, na problemática da Orientação profissional, como a via de solução de um “sintoma”, cada vez mais premente, designadamente a “mudança de profissão”:

La cause même du changement de profession est tantôt l'ennui, tantôt une inaptitude réelle (physique ou psychique), tantôt la fatigue causée par l'exercice du métier. Dans tous ces cas, le changement est le symptôme d'une insuffisance d'aptitude, et par conséquent d'une erreur dans le choix de la carrière (Claparède, 1922, p.10).

Na perspetiva de Claparède, a questão é o corolário das profundas transformações dos métodos de trabalho, associadas à falência da escola, devendo, por isso, ser formulada nos seguintes termos:

Eduquer, c'était former ces qualités générales et inculquer ces connaissances élémentaires qui sont au-dessus de toutes les spécialités. Aujourd'hui, cette manière de voir est de plus en plus battue en brèche. D'une part, en effet, se pose la question, pédagogique, de savoir si l'école, qui doit préparer à la vie, ne doit pas déjà se préoccuper de fournir une préparation professionnelle; d'autre part, les maîtres sont souvent consultés, par leurs élèves, par les parents, ou par les bureaux d'orientation, sur la carrière à conseiller à tel ou tel adolescent qui vient de quitter l'école. Pour l'une et pour l'autre de ces raisons, l'éducateur est tout naturellement amené à se poser la question de l'orientation professionnelle (id., pp. 11-12).

Ao colocar o dilema, nestes justos termos, Claparède apela que se aplique a Psicologia “aux questions économiques et industrielles est venue toute seule à l'esprit des psychologues” (id., p.15), porque só pela Psicotécnica é que, eventualmente, se poderão deslindar as vias de resolução desse inquietante ajustamento, mas convirá destrinçar dois problemas incluídos: a Orientação profissional e a Seleção profissional. A Orientação tem por objetivo “*découvrir quelle est la profession qui convient le mieux à un individu donné, à ses aptitudes. L'orientation s'intéresse avant tout au succès, au bonheur de l'individu*”; enquanto a Seleção interessa “*avant tout le patron, l'administration, l'employeur. Ce dont il s'agit, c'est de trouver les meilleurs ouvriers possibles*” (id., p.19); face a esta distinção, Claparède considera pertinente universalizar

a prática da Orientação profissional, como forma *“de diriger un individu — le plus souvent un adolescent, mais aussi un adulte, un chômeur, un mutilé — vers la profession dans laquelle il a le plus de chances de réussir, parce qu'elle répond le mieux à ses aptitudes psychiques ou physiques”* (id., p.20). Esta compatibilidade é assegurada por procedimentos cientificamente fundamentados que permitem, por um lado, diagnosticar as aptidões individuais (id., pp. 33 sq.); e, por outro lado, conhecer as aptidões necessárias em cada profissão, mas também as necessidades do mercado de trabalho (id., pp. 21-32). A digressão teórica de Claparède, autorizar-lhe um olhar reflexivo sobre alguns conceitos da psicologia que são usados (sem qualquer filtro crítico) e com consequências relevantes na construção, por exemplo, dos testes ou exames (id., pp. 46 sq., 57 sq.), ou, numa outra escala, na íntima função da Escola (id., pp. 36 sq.) – a ilustração do debate pode ser aclarada pelos significados de profissão (enquanto “termo objetivo”) e vocação (como “conceito psicológico”), aptidões naturais e aptidões adquiridas (com as suas múltiplas derivações, sobretudo aquelas relacionadas com os processos de aprendizagem), que se concatenam na noção fulcral de educabilidade (id., pp. 73 sq.) –, não preludiando, porém, que se impossibilite a senda dos fundamentos sólidos da Orientação profissional, porque:

Il est dans l'intérêt de la communauté, dans l'intérêt social, que chaque homme soit à la place qui lui convient le mieux. Il convient également, et cela est de plus en plus dans l'esprit de nos démocraties, que les diverses fonctions sociales soient confiées aux individus selon leurs mérites et non en vertu de quelque privilège. Ce n'est qu'une orientation professionnelle solidement élaborée qui nous rapprochera de cet idéal. Tous ceux qui ont à coeur la bonne marche de la société, aussi bien les organisations patronales que les organisations ouvrières, doivent donc faciliter par tous les moyens dont eles disposent les investigations propres à donner à la technopsychologie une base solide (id., p. 82).

3. A orientação profissional: da instrumentalidade à institucionalização

As incontornáveis referências contemporâneas (principalmente Amar, Mauvezin, Christiaens, Fontègne, Lahy, Toulouse, Pièron), são expressão de uma intensa circulação de conceitos da Psicologia científica e de práticas instituintes entre os países (Bélgica/França/Suíça) onde o domínio da Educação Nova sobressaía, mas também da dinâmica intelectual em torno da Psicologia e da Psicotécnica, modalidades de praticar a Orientação profissional, e processos de institucionalização de estruturas laboratoriais; e, por outro lado, a lógica consideração aos fundamentos científicos e pedagógicos da Escola Nova, que comprovam a velada modernidade do constructo, evidenciando a questão da das circulações, dos contextos e das transferências de modelos, de políticas, de actores que estão no âmago dos debates.

Aclarar o binómio Profissão-Aptidão (impõe-se como fulcral, quer para compreender a Orientação profissional enquanto adequação de dois universos – a escola (ou instituição de natureza assistencial) e o mundo do trabalho –, quer para deslindar os agentes envolvidos (pais, patrões, etc.) na condução do processo de Orientação profissional, e consequentemente de definição de uma Carreira. O modelo científico (coerente e homogéneo nos testes de diagnosticar as aptidões e na operacionalização das noções e conceitos comumente partilhados no campo da psicologia) e o programa da psicotécnica (redução da fadiga, melhoramento das condições de trabalho, prevenção dos acidentes, formação profissional, profilaxia dos conflitos sociais, estabelecimento do contrato de trabalho, determinação dos salários, entre outras variáveis), sustentados devem ser contextualizado nos debates europeus epocais sobre a Orientação profissional (cf., Guyot & Simonnet, 2008).

Os debates, então emergentes, patenteavam dissonâncias científicas, com consequências de sentido ético e políticos contrastantes. Em termos genéricos, três posições epistemológicas configuravam as concepções de Orientação profissional: uma primeira corrente argumentava que a orientação profissional é a estrita aplicação da Psicotécnica (ou Psicologia aplicada) que, segundo H. Piéron, pretende “responder à prática” (cf., Galifret, 1989); outra posição assentava no princípio que a Orientação profissional é o corolário da diferenciação Biotipológica, considerada como o “estudo científico dos tipos humanos pela investigação das correlações entre os caracteres morfológicos, fisiológicos, psicológicos, patológicos, psiquiátricos e aplicação destes dados nos diversos ramos da atividade humana – eugénica, patológica, psiquiátrica, pedagógica, orientação e seleção profissional, organização racional do trabalho, profilaxia criminal” (Turbian, 2006, p. 225); a terceira proposta defendia a constituição de uma Ciência dos exames – a Docimologia – prévia aos Exames psicotécnicos. Estas posições concatenam visões distintas das relações entre Psicologia experimental e Psicologia diferencial, ou aplicada, sustentadas pela tensão entre aqueles que perspectivam na Psicologia diferencial o fundamento da Orientação profissional e os que a utilizam somente para efetivar uma seleção eficaz. A égide da Teoria das aptidões é o denominador comum às teses em confronto, tendendo, não obstante, a enraizar a convicção que os testes (mobilizados pela Psicotécnica) são o recurso mais competente para que as aptidões – enquanto “disposições naturais para exercer convenientemente uma profissão” – individuais se manifestem, e nesta lógica a Psicotécnica opõe-se à delimitação de tipos humanos, porque toda a seriação só tem sentido para uma aptidão específica exigida por uma profissão particular. A assunção que a teoria das aptidões é verdadeira em si, ganha razoabilidade através da verificabilidade que os testes garantem, no entanto estes só permitem respostas específicas, não outorgando, portanto, qualquer valor tipológico, mesmo quando agregados estatisticamente. A Psicotécnica releva todavia o hiato com a Psicologia fundamental (e também, em certa medida, com a Psicologia experimental), já que não consegue determinar os fatores unificadores das respostas

individuais. Com a Biotipologia (como “ramo da psicotécnica”) – e a Docimologia (umbilicalmente filiada à Biotipologia) –, assume-se a concepção congénita de aptidão (que não pode, por definição ser identificada pelos testes), e, mesmo correndo-se o risco de *petitio principii* quando se consolida a noção de aptidão como signo e causa de uma putativa superioridade profissional, abre-se, no entanto, caminho para se poder conceber a heterogeneidade de aptidões em função de atividades sociais complexas, ultrapassando-se, eventualmente, os limites das funções psicológicas elementares captadas tão “isoladas quanto possível”, como sustentava H. Piéron. À colação, aflora a perquirição do nexo entre o procedimento utilizado para isolar e prever a existência das condições que presidam à efetividade de uma atividade profissional (isto é: os testes e a sua concretização em contexto laboratorial) e o julgamento, *a posteriori*, sobre a exequibilidade da atividade real (ou melhor: nas condições quotidianas do mundo social em que as funções psicológicas dependem de mecanismos que estimulam a “substituição, a cooperação ou a interferência de funções diferentes” (cf., Henry, 2004, Lahire & Rosental, 2008).

Em síntese, é plausível identificar duas tendências contrapostas: por um lado, ao legitimar-se a definição inatista de aptidão, infere-se uma concepção de teste como técnica experimental que faz sobressair as aptidões inacessíveis pela observação empírica; por outro lado, ao assumir-se uma definição estatística de tipo, explicitamente concebe-se o teste como uma metodologia que assegura o valor numérico dos resultados. Com a Docimologia ambicionou-se deslocar o debate para a reflexão sobre as técnicas metrológicas acionadas, mas no debate estava embebida uma problemática: o método experimental da Psicotécnica, ao elidir o homem como *totalidade* (M. Mauss), não o concebia, à data, como objeto de ciência.

Uma primeira ruptura (epistemológica e simbólica) com a onisciência da Psicologia aplicada, pode-se ilustrar pela conferência, *Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie* (1924), que Marcel Maus, presidente da Sociedade Francesa de Psicologia, proferiu, em 1923, na sede da Sociedade, em Paris. O argumento central radicou na defesa que “o facto psicológico surge na sua ‘claridade’ porque é social (...) e, porque é comum, ele corta com as variantes individuais”. Com minúcia Mauss discute (com recurso a analogias etnológicas) os conceitos canónicos, e as figuras de estilo, da psicologia, da morfologia social, da estatística e da história, para racionalmente concluir que os “factos sociais [são] uma espécie de natural experiência de laboratório”, porque “o social, o psicológico e o fisiológico mesclam-se”. Para Mauss os factos psicológicos não “pertencem só à ordem da consciência”, outrossim acentuam “fenómenos de totalidade”, propondo, então, o autor, o estudo do *Homem completo* ou *total* (distanciando-se compreensivelmente da ortodoxa compartimentação propalada pela Psicotécnica), e, avançando para esse *disederatum*, aventou a noção de competência – que paulatinamente vai sendo incorporada no conceito de *habitus* (cf., Mauss, 1936) – enquanto os “adquiridos da razão prática coletiva” (ou também declinada como “a consciência em bloco na

sua relação com o corpo”), propondo a configuração de uma abordagem científica (psicologia coletiva ou sociologia) que investigasse (e estudasse) “o complexo psicofisiológico total”.

Para além das querelas fermentadas em torno da concepção de Orientação profissional, um consenso tende a prevalecer (pelo menos nos mais destacados protagonistas, alguns com reconhecidos vínculos ao movimento da Educação Nova): a permanente preocupação com a justiça social, porque via “processos pertinentes, precisos e objetivos” a diversidade só tem por base as “aptidões”, e jamais quaisquer tipos de “privilégios”, compreendendo-se então a militância em prol de reformas do sistema de ensino; da introdução da Docimologia na escola para substituir os tradicionais métodos de avaliação (cf., Martin, 2002); ou a intransigente defesa da escola única.

No inquérito efetuado pelo *Bureau International du Travail*, em 1927, *Les problèmes de l’Orientation Professionnelle* (BIT, 1935, p.101), recensearam-se, em 20 países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia e Suíça), 329 “Institutos e Laboratórios de Psicotécnica”, dos quais 151 (46%) eram estatais e 178 (54%) eram privados. Da informação estatística disponibilizada é possível identificar dois grupos de países. Um primeiro grupo – Alemanha, Áustria, Finlândia, Grã-Bretanha, Hungria, Países Baixos e Suíça – apresentava os dois tipos de ofertas (privada e pública), o que representa que 57% dos equipamentos eram privados e 43% estatais, notando-se, contudo, que na Alemanha, na Grã-Bretanha e nos Países Baixos, os equipamentos de origem privada suplantavam os de origem pública, sendo respetivamente de 108 para 103, de 56 para 2, e de 5 para 2. Um segundo grupo de países só possuía oferta estatal – Bélgica (3), Dinamarca (2), Espanha (3), Estónia (1), Grécia (1), Itália (85), Letónia (1), Noruega (1), Polónia (6), Portugal e Roménia, com 1 cada. Duas observações finais relacionam-se com a Lituânia que só tinha oferta privada (1), e com a França, onde não se conseguiu apurar a oferta privada, tendo sido só indicada a oferta pública (5). O estudo *Les problèmes de l’Orientation Professionnelle*, permite ainda rastrear problemáticas conexas com a Orientação profissional, quer no quadro da sua história e disseminação pela Europa e EUA (e ainda os sinais, que então surgiam, de mundialização), quer nas dimensões teóricas e técnicas que indelevelmente lhe estão associadas, quer, por último, os problemas inerentes à constituição do campo da Orientação profissional (espaços, profissionais, atores, instituições).

Adota-se, na publicação, que a Orientação profissional é um “termo novo” que corresponde a “uma coisa antiga”, assumindo (no contexto económico e social das décadas de 20 e 30, do século XX) o estatuto de “elo de ligação” entre a “obra educativa e social” e a “atividade económica” da sociedade, nos aspetos pedagógico, social e económico (id., pp. 5-13). A paulatina consolidação do taylorismo (ou da Organização Científica do Trabalho) – com as inúmeras transformações, e consequências, que induz a montante e a jusante da produção – e a

afirmação da “psicologia experimental ou aplicada”, impõem que se comece a conceber e compreender o “fator humano”. Esforço esse que, naturalmente, de natureza diversa, começa já a despontar em finais do século XVII, ressurgue com outra configuração em XIX, e, no início do século XX, pretende ser a “disciplina especial” – que incorpora os nascentes estudos, nomeadamente, sobre aptidões, fadiga profissional, acidentes de trabalho, fisiologia, testes e organização do trabalho – com o desígnio de promover o “equilíbrio” social. O “movimento de orientação” ganha expressão, com os “Gabinetes de Orientação Profissional”, na Alemanha, Bélgica, França, Itália, Suíça, Rússia, Polónia, Países Baixos, Grã-Bretanha (afirma-se, no texto, que é o “primeiro país com um verdadeiro estatuto de orientação”) e na América do Norte. As políticas sociais ganham visibilidade; a defesa persistente do cumprimento de escolaridade obrigatória, e a lenta democratização do ensino secundário, corolário do progressivo enraizamento dos direitos sociais – coincidentes com as exigências derivadas da “Organização Científica do Trabalho em geral e das necessidades novas da produção” –, regulam o reequacionar da Orientação profissional, sobretudo pressupondo a articulação do “fator humano” com a profissão e o mercado de trabalho (id., pp. 43-61, 127-133, 134-137), como também a crucial “colaboração de todos os agentes” envolvidos no processo, nomeadamente professores, médicos, psicólogos, organizações patronais e operárias, e governos nacionais.

O campo da Orientação profissional ganha legitimidade normativa (id., pp. 14-25); expressividade organizacional (id., pp. 26-29, 118-126); densidade profissional (id., pp. 30-42, 62-88), e consistência epistemológica e teórica, apesar de não estar imune às controvérsias e debates que percorrem os paradigmas constitutivos da Psicologia e da nascente Psicotécnica (id., pp. 89-117); no entanto, releva-se que são “razões muito profundas (psicologia e mentalidade da raça, conceções pedagógicas e outras, influências do meio e da estrutura da vida profissional) que decidem, em larga medida, o sucesso ou o fracasso da psicotécnica num país” (id., p.106).

Uma das mensagens, que o documento deixa transparecer, é que a Orientação profissional deve estar correlacionada com as “características da produção” e a “repartição racional da mão-de-obra” em cada país, de modo a adequar a instrução pública e a educação popular ao quadro da “indústria racionalizada”, reivindicando-se, então, reformas educativas inadiáveis – prolongamento da escolaridade obrigatória e uma nova orientação de “sentido mais prático” antes do fim da escolaridade (desenvolvimento da pré-aprendizagem), como depois, para os adolescentes, através de um ensino (com carácter obrigatório) pós escolar semiprofissional (id., p. 143) –, decorrendo daí que a educação não é “um fim em si”, mas “um meio que deve servir de preparação para a vida do trabalho com as suas múltipla exigências” (id., p. 145).

Notas finais

Sinalizamos, nesta breve explanação, as principais linhas de força que possibilitam ler a Entrevista de Edouard Claparède. Certamente, subjaz um expansionismo militante na edificação e institucionalização da Psicologia científica e da Psicologia experimental, ou Psicotécnica, numa época conturbada, o que valoriza internacionalmente a dimensão científica de Claparède, acentuando também as dimensões ética e cívica, que contribuíram para um denodado empenho na defesa de reformas no ensino, em simultâneo, com um pacto para a mudança social.

Referências

- Amar, J. (1917). *Organisation Physiologique du Travail*. Paris: H. Dumond et E. Piant, Éditeurs.
- Amar, J. (1923). Le travail humain. *Le Musée social*, 9, 293-311.
- Azevedo, A. C. (2012). Os primórdios da organização científica do trabalho em Portugal: o progressivo aperfeiçoamento dos métodos de racionalização desde o início do século XX até à II Guerra Mundial. *Revista Mundos do Trabalho*, 7, 245-265.
- Baubérot, A. & Duval, N. (Dir.) (2006). *Le scoutisme entre guerre et paix*. Paris: L'Harmattan.
- Baudeau, A. (2006). Question laïque et éducation péri/post scolaire/mouvements de jeunesse pendant la période de l'entre deux-guerres: quel lieu?. *Penser l'Éducation*, 20, 5-25.
- Bianic, T. Le (2008). Les sciences du travail et la question sociale. Autor du ministère du Travail (1890-1950). *Bulletin de psychologie*, 496, 327-330.
- Bovet, P. (1932). *Vingt ans de vie. L'Institut J. J. Rousseau de 1912 à 1932*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé.
- Bureau International du Travail (1923). *Enquête sur la production. T. V – vol. 2*. Paris/Nancy/Strasbourg: Berger –Levrault, Éditeurs.
- Bureau International du Travail (1935). *Les problèmes de l'Orientation Professionnelle*. Genève: BIT.
- Cayet, T. (2007). Le Bureau international du travail et la modernization économique dans les années 1920. *Travail et Emploi*, 110, 15-25.
- Christiaens, M. A. G. (1923). L'orientation professionnelle dans l'agglomération bruxelloise. *Revue Internationale du Travail*, 9, 367-383.
- Claparède, E. (1922). *L'orientation professionnelle. Ses problèmes et ses méthodes*. Genève: Bureau International du Travail.
- Danvers, F. (1988). Pour une histoire de l'orientation professionnelle. *Histoire de l'Éducation*, 37, 3-15.
- Durkheim, E. (1900). Rôle des universités dans l'éducation sociale du pays, in *Revue française de sociologie* – À propôs de Durkheim, 17 -2 (1976), 181-190.
- Feiertag, O. (2008). Réguler la mondialisation: Albert Thomas, les débuts du BIT et la crise économique mondiale de 1920-1923. *Les cahiers Irice*, 2, 127-155.
- Ferrière, A. (1931). Os tipos psicológicos. *Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho"*, 10-13, 1-10.

- Ferro, M. (2002). *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*. Lisboa: Ed. 70.
- Fridenson, P. (1987). Un tournant taylorien de la société française, 1904-1918. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 5, 1031-1060.
- Galifret, Y. (1989). Piéron, instaurateur de la psychologie en France. *L'Année Psychologique*, 89, 199-212.
- Guérin, D. (1996). *Albert Thomas au BIT, 1920-1932. De l'internationalisme à l'Europe*. Genève: Institut européen de l'Université de Genève.
- Gutierrez, L. (2011). État de la recherche sur l'histoire du mouvement de l'éducation nouvelle en France. *Carrefours de l'éducation*, 31, 105-135.
- Gutierrez, L. (2009). La Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle. Contribution à l'histoire d'un mouvement international de réforme de l'enseignement (1921-1939). *Spirale – Revue de Recherches en Éducation*, 45, 29-42.
- Guyot, D. & Simonnet, R. (2008). *Un siècle de psychométrie et de psychologie. Établissements d'applications psychotechniques*. Paris: L'Harmattan.
- Hameline, D. (1993). Edouard Claparède (1873-1940). *Perspectives: revue trimestrielle de l'éducation comparée*, 1-2, 161-173.
- Henry, O. (2004). De la sociologie comme technologie sociale. La contribution de Jean Coutrot, 1895-1941. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 153, 48-64.
- Lahy, J.M. (1916). *Le système Taylor, et la physiologie de travail*. Paris: Masson & C^{ie}.
- Lahire, B. & Rosental, C. (2008). Introduction. In B. Lahire & C. Rosental (dir.), *La cognition au prisme des sciences sociales* (pp. 7-19). Paris: Éditions des archives contemporaines.
- Lima, M. P. et al (1982). Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80) - alguns resultados preliminares de uma investigação em curso. *Análise Social*, 72-73-73, 1299-1366.
- Locano, A. (2014). *La Gran Guerra (1914-1918)*. Madrid: Marcial Pons.
- Marsden, G. M. (1992). *Fundamentalism and American Culture. The Shaping of Twentieth Century Evangelicalism, 1870-1925*. New York: Oxford University Press.
- Martin, J. (2002). Aux origines de la «science des examens» (1920-1940). *Histoire de l'Éducation* [En ligne], 94, 2-19.
- Mauss, M. (1924). Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie. *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*, 21, 892-922.

- Mauss, M. (1936). Les techniques du corps. *Journal de Psychologie*, 3-4, 271-293.
- Mauvezin, F. (1922). *Rose des Métiers. Traité d'Orientation Professionnelle*. Paris: Éditions Littéraires et Politiques.
- Mialaret, G. (2009). Les origines et l'évolution des sciences de l'éducation en pays francophones. In A. Vergioux (dir.), *40 ans des sciences de l'éducation* (pp. 9-22).Caen: PUC.
- Parsons, F. (1909). *Choosing a vocation*. Boston and New York: Houghton Mifflin Company.
- Taylor, F. W. (1911). *The Principles of Scientific Management*. New York: Harper & Brothers.
- Topalov, C., Ed. (1999). *Laboratoires du nouveau siècle, la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*.Paris: Éditions de l'EHESS.
- Turbiaux, M. (2006). J.-M. Lahy (1872-1943) et l'orientation professionnelle. *Bulletin de psychologie*, 482, 217-235.
- Turbiaux, M. (2008). La résistible creation d'un labaratoire du travail. *Bulletin de psychologie*, 496, 341-356.
- Vatin, F. (2008). Les 'sciences du travail': une tentative de resolution positiviste de la question sociale (1890-1914). *Bulletin de psychologie*, 496, 331-340.

PROFESSIONAL ORIENTATION - SCIENTIFIC DISCUSSIONS AND POLITICAL POSITIONS APPOINTMENTS FOR THE STUDY OF IS SOCIAL LEGITIMATION IN THE EUROPEAN CONTEXT OF THE YEARS 1920

ABSTRACT

The present reflection is based on the extensive and important interview granted by Edouard Claparède, in 1921, within the framework of the monumental *Enquête sur la production*, undertaken by the *Bureau International du Travail*. Claparède clearly points out the essence of his positions on professional orientation as a solution that can contribute to the reorganization of a Europe that was deeply torn by World War I. The position defended - that implies a generation of psychologists and pedagogues - is based on the principles of New Education and interweaves a broad social reform movement in which intellectuals, scientists, trade unionists,

entrepreneurs and politician, are, socially and ethically, committed to social progress and justice.

Keywords: New Education; Professional orientation; Psychology; Claparède; Progress.

LA ORIENTACIÓN PROFESIONAL - DEBATES CIENTÍFICOS Y POSICIONES POLÍTICAS. APUNTES PARA EL ESTUDIO DE SU LEGITIMACIÓN SOCIAL EN EL CONTEXTO EUROPEO DE LOS AÑOS 1920

RESUMEN

La presente reflexión tiene como base la extensa e importante entrevista concedida por Edouard Claparède, en 1921, en el marco del monumental *Enquête sur de la producción*, emprendido por el *Bureau International du Travail*. Claparède señala con claridad lo esencial de sus posiciones sobre la orientación profesional como una solución que pueda contribuir a la reorganización de una Europa profundamente desgarrada por la I Guerra Mundial. La posición defendida -que se implica en una generación de psicólogos y pedagogos- se sustenta en los principios de la Educación Nueva y se entrelaza en un amplio movimiento de reforma social en que intelectuales, científicos, sindicalistas, empresarios y políticos, se comprometen, social y éticamente, en el progreso y en la justicia social.

Palabras Clave: New Education; Professional orientation; Psychology; Claparède; Progress.

Anexo:

Entrevista concedida, a 25 de Julho de 1921, por Edouard Claparède a Albert Thomas, director do *Enquête sur la production* (BIT, 1923, pp. 1124-1132).

M. CLAPARÈDE: Quant à la question de l'orientation professionnelle et de l'adaptation psychologique de l'ouvrier à son travail, il me semble que c'est une question qui se pose d'une façon plus aiguë maintenant qu'auparavant, mais ce n'est pas un problème qui dépend lui-même de la guerre; de tout temps ce problème aurait dû être posé

— Aussi, dans notre pensée, n'y a-t-il aucun lien direct entre les deux. Si pour nous un problème tel que l'orientation professionnelle se présente avec un intérêt très grand, c'est que nous sommes tenus, ne serait-ce que par une des clauses du Traité de paix, de considérer le principe de la journée de huit heures comme un principe qui doit être appliqué. S'il ne doit pas y avoir de recul dans la production des biens — et par suite indirectement dans la civilisation — il faut que le rendement ne soit pas réduit. On doit donc chercher tous les moyens qui, [p. 1124] sous le régime indiscuté de la journée de huit heures, assurent au moins le statu quo de la production antérieure. Parmi ces moyens, évidemment, la bonne utilisation des travailleurs, c'est-à-dire la bonne orientation professionnelle, intervient

M. CLAPARÈDE: C'était l'idée de Taylor, dont je suis partisan au point de vue théorique tout au moins: augmenter la production tout en diminuant les heures de travail. Mais il y a le fait de la guerre, facteur nouveau qui est venu interférer dans la constatation des résultats de la diminution de la journée de travail, et a amené la vague de paresse à sa suite. Il est évident en effet que si, par exemple, on avait établi la journée de huit heures en 1905, on aurait pu constater aujourd'hui des résultats plus précis. Quant à l'orientation professionnelle qui, certainement, permettra, dans une certaine mesure, d'adapter mieux l'ouvrier à sa tâche, c'est une question qu'il convient de mettre d'abord l'étude. Je ne sais pas si nous sommes suffisamment armés pour, du jour au lendemain, appliquer les résultats des principes de l'orientation professionnelle sur une large échelle; je crois que nous avons besoin d'une phase, d'une période d'étude, au cours de laquelle le Bureau international du Travail pourrait nous être très utile. L'orientation professionnelle est un des facteurs; le second facteur est la technique du travail, par exemple: comment introduire les pauses dans le travail, quel est le rapport entre l'alimentation et le travail; enfin peut-être même, détermination de certains moyens essayés quelquefois avant la guerre pour tâcher d'habituer les ouvriers à des travaux très monotones. C'est ainsi que dans certains ateliers on fait jouer des boîtes à musique pour distraire les ouvriers et rendre leur travail plus attrayant. Ceci s'applique à des ateliers où l'ouvrier est tout à fait changé en machine, par exemple quand il doit, toutes les dix secondes, souder, en répétant indéfiniment les mêmes gestes, des boîtes de conserves, ce qui constitue un travail excessivement machinal. A la vérité, cela ne contribue pas directement à l'augmentation de la production, mais tout au moins permet d'atténuer cette monotonie du travail. Dans d'autres travaux on a préconisé de mettre auprès des ouvriers des animaux (chat, chien, perroquet, canari). L'ouvrier isolé dans une chambre a, de la sorte, un compagnon. C'est un facteur psychologique qui, en améliorant l'humeur de l'ouvrier, doit finir par améliorer aussi le travail et

influer directement sur la production. Quant à la généralisation de ces procédés, votre Bureau serait très bien placé pour poser la question. Quant à l'orientation elle-même, dans tous les pays, on travaille à l'établissement de tests, d'épreuves; mais nous seuls psychologues, qui connaissons parfaitement les desiderata des techniciens, pouvons entreprendre de nouvelles enquêtes, élaborer ces tests, inventer ces épreuves. Ces éléments nous manquent le plus souvent. Pour faire un mécanicien, un télégraphiste, un téléphoniste, pour d'autres métiers encore, quelles sont les aptitudes nécessaires? Faut-il avoir un toucher très délicat, une ouïe très fine, comme dans tel métier où l'on doit apprécier la qualité d'un métal au son qu'il rend? Quelles sont les [p. 1125] aptitudes physiques requises d'un ouvrier? Voilà ce que nous ignorons. C'est pour cela que des enquêtes comme les vôtres seraient extrêmement utiles et profitables. Dans ce domaine-là, on évoluera petit à petit; on arrivera, pour certains métiers, à découvrir les tests, les épreuves qui permettront de choisir vraiment les ouvriers les meilleurs, mais par contre, pour d'autres, ce sera beaucoup plus difficile.

— Ne sont-ce pas -les écoles professionnelles qui sont appelées à assurer pratiquement l'orientation professionnelle et par suite à déterminer les tests?

M. CLAPARÈDE: Oui, certaines écoles. Il y a eu des écoles professionnelles pour toutes les branches de la grande industrie, pour des industries très spécialisées comme l'horlogerie, l'électricité; mais pour l'industrie en général, il n'y en a pas.

— Alors ne serait-ce pas les cours d'adultes ou les organismes d'instruction des syndicats ouvriers que l'on pourrait utiliser pour cela, ou bien les chambres de commerce et d'industrie?

M. CLAPARÈDE: Oui, peut-être. Les ouvriers ne se rendent pas compte des aptitudes qu'il faut très souvent. Il y a là un travail d'analyse psychologique extrêmement difficile. Pour aller à bicyclette, jouer au billard, patiner, quelles sont les aptitudes psychologiques, les processus qui interviennent? Ce sont la vue, la rapidité de décision, la force musculaire, toutes choses que nous ignorons. Beaucoup de gens ignorent quels sont les facteurs psychologiques ou physiologiques, même dans les travaux qui leur sont très familiers. Deux individus seront bons joueurs au billard pour deux raisons différentes, ce qui ne les empêchera pas d'arriver au même résultat, comme en arithmétique avec des facteurs différents 5x10 et 2x25. Toute la question de l'orientation professionnelle se divise en deux grands problèmes qui se posent d'une façon tout à fait différente. Le premier, c'est la sélection de l'ouvrier pour l'industrie. Le but intéressant, c'est le rendement, c'est l'industrie. C'est le point de vue du patron ou le point de vue de la collectivité, de la production, du rendement. Chercher pour une industrie donnée quels sont les meilleurs ouvriers possibles. Le second point de vue, c'est le point de vue de l'individu: pour un individu donné, trouver la meilleure carrière possible. Ces deux problèmes se posent donc d'une façon très différente. Dans le premier cas, la sélection d'un ouvrier est assez simpliste; on notera sa rapidité d'exécution, sa manière de faire, son endurance, en un mot ce seront des résultats matériels qui permettront de le choisir. Le deuxième cas est d'ordre psychologique. Vous avez par exemple un enfant, réussira-t-il en telle ou telle carrière? Rentreront en jeu pour cela l'hérédité, les probabilités, la psychologie personnelle, le tempérament, les émotions de l'individu. Il faut alors chercher parmi des centaines de carrières celles qui lui conviennent. Il y a là deux problèmes opposés qui supposent des enquêtes. De plus, le second est un problème plutôt scolaire qui demanderait l'intervention des instituteurs; mais finalement les deux études

se rejoindront et se soutiendront mutuellement. Ici à Genève, par notre cabinet d'orientation récemment fondé, nous essayons de suivre ces deux problèmes, dont le second — choix [p. 1126] de la carrière pour l'individu — nous intéresse spécialement au point de vue humain; nous tâcherons de le faire progresser avec l'aide des instituteurs. C'est à ce but que s'est appliqué notre assistant Heines, que nous avons chargé d'une enquête auprès des apprentis dans les ateliers du Jura et de la région de Neuchâtel. A côté de ces travaux, je pense qu'il conviendrait de continuer ceux commencés à l'Institut Rousseau, il y a un an et demi, par des jeunes filles, relatifs à des enquêtes à la fois sociales et à la fois professionnelles. Mlle Delhorme avait entrepris, avec Mlle Boissonnas, de Genève, une enquête sur le travail des couturières. Après avoir déterminé la rapidité du travail à la couture, elles avaient tâché de se rendre compte si dans les écoles de couture et même à l'école primaire où sont données des leçons de couture, l'éducation des enfants était faite dans le sens que réclamait en somme la pratique, et quels étaient les facteurs intervenant chez des enfants ou des apprenties (sens esthétique, appréciation des grandeurs). Il faut en effet, pour être une bonne couturière, non seulement coudre vite, mais savoir aussi par exemple utiliser une étoffe du mieux possible. Ces travaux ont dû être interrompus faute d'argent, parce que nos élèves, obligées de gagner leur vie, ont dû se placer et occuper leur temps à toute autre chose qu'à la psychologie ou à la pédagogie.

— Existe-t-il ailleurs des institutions semblables?

M. CLAPARÈDE: Ce fut le premier cabinet fondé en Suisse. A Barcelone, il existe un instituto d'orientation professionnelle, bien doté puisqu'il touche 40.000 pesetas par an. A Bordeaux, la Chambre de commerce a institué un bureau de conseils d'apprentissage; mais je ne crois pas qu'il y soit fait des expériences à proprement parler; ce sont des conseils donnés à la suite d'interrogatoires. Ce bureau de Bordeaux a publié une rose des métiers, sur laquelle se trouvent les principaux métiers qui sont mis en relation avec les aptitudes psychologiques correspondantes. On cherche alors à donner des conseils aux apprentis d'après les interrogatoires verbaux. A Bruxelles, un petit bureau d'orientation professionnelle a été créé où l'on a quelques appareils. Son directeur, est M. Christiaens. Il y a à Berlin (Charlottenburg), une institution semblable très bien installée, mais pour la grande industrie, uniquement pour l'examen des techniciens. On y examine la finesse des sens, l'acuité musculaire, la finesse de l'estimation visuelle pouvant partager une ligne. Des appareils remarquablement bien construits s'y trouvent. A Paris, il y a Lahy, qui a entrepris différentes recherches sur des ouvriers. Il y a aussi Amar, du Conservatoire des Arts et Métiers. Notre conférence eut pour but de coordonner ces divers travaux et essais. Nous sommes encore dans la période d'incohérence qui précède toute recherche. On a des quantités d'idées, mais tout cela est encore un peu vague. Il faut préciser les problèmes, les recherches à faire et surtout limiter, sérier les questions, car le champ est si vaste qu'on s'y perd. Il faut que vous nous disiez quelles seraient les questions les plus urgentes, dans quels métiers ce manque d'orientation professionnelle se fait le plus sentir, dans quels métiers le mécontentement est le plus vif. [p. 1127]

— Y a-t-il des doléances au sujet du manque d'orientation professionnelle?

M. CLAPARÈDE: Je ne crois pas que les ouvriers eux-mêmes en formulent; mais les administrations en formulent. Ainsi dans l'administration des téléphones constamment, après

trois ou quatre mois d'apprentissage, il faut renvoyer des apprenties, parce que vraiment leur système nerveux ne supporte pas cette tension.

— Au fond, cela conduit à désirer une amélioration des concours...

M. CLAPARÈDE: ... de façon à éviter soit à l'administration une perte d'argent que comporte un apprentissage inutile, soit — je dirai même surtout, puisque l'individu m'intéresse plus que l'administration — à l'ouvrier, des déboires inutiles, le découragement et souvent les conséquences d'un surmenage qui peuvent lui rester toute sa vie. Car il arrive qu'à vouloir dominer une carrière pour laquelle il n'était pas fait, l'ouvrier peut contracter des tares nerveuses qui sont susceptibles de lui demeurer.

— Depuis quand, vous-même avez-vous été amené à vous occuper d'orientation professionnelle?

M. CLAPARÈDE: C'est la psychologie qui m'y a tout naturellement conduit. L'étude des aptitudes pose tout naturellement le problème d'une façon théorique. Tous les individus n'ayant pas les mêmes aptitudes, ne devrait-on pas, pour tirer un meilleur rendement de l'individu, lui donner des travaux en rapport avec ses aptitudes propres? La question s'est d'abord posée au point de vue pédagogique: Ne devrait-on pas subdiviser les classes plus qu'on ne le fait, selon ce que sont capables de faire les élèves? L'école sur mesure consisterait à donner à l'élève un travail correspondant à ses aptitudes.

— Mais l'école sur mesure, c'est le précepteur.

M. CLAPARÈDE: Oui, si on pousse les choses plus loin... Je résoudrais volontiers la question de l'école sur mesure d'une façon large, en laissant par exemple à l'élève des après-midi libres lui permettant de travailler selon ses désirs. Il y a aussi la question des bien doués. Le fait de choisir dans les écoles primaires les enfants les mieux doués suggère naturellement l'idée de l'orientation professionnelle. Cette idée de l'orientation professionnelle, émanée de sources différentes, comme le taylorisme, l'industrie, l'administration où l'on s'est plaint d'avoir de mauvais ouvriers ou employés et où l'on veut obtenir une sélection des candidats, cette idée de l'orientation professionnelle a également surgi de la psychologie théorique. Mais sa réalisation nécessite des recherches extrêmement longues et délicates. Il faudrait aller sur place dans les usines réaliser des expériences préliminaires, nécessitant des tâtonnements; il faudrait procéder à des enquêtes chez les ouvriers, dans les familles.

— Quelle est l'organisme qui paraît qualifié non seulement pour la théorie générale, mais aussi pour la mise en pratique de l'organisation professionnelle? Comment la concevoir se réalisant d'une manière collective, une fois que les principes en auraient été posés et le desideratum formulé?

M. CLAPARÈDE: Dans les professions où il existe des écoles spéciales, ce serait à l'entrée de ces écoles que l'on pourrait établir [p. 1128] une première sélection. Mais enfin, au début des écoles spéciales, il y a des aptitudes qui pourraient se développer au cours de l'apprentissage; ce serait dans ces écoles ou tout au moins à la fin des études dans ces écoles que l'on pourrait établir ces épreuves.

— Voilà un premier point. C'est la partie la plus facile, celle pour laquelle il y a déjà une sélection.

M. CLAPARÈDE: Au fond, la sélection s'est faite de tout temps, mais suivant les cas d'une façon plus ou moins grossière: chez les pilotes, détermination de l'acuité visuelle; au service militaire, vague examen physique (mensuration du thorax, etc.). Il s'agirait donc en somme d'affiner ce

que l'instinct humain a toujours cherché à faire. Là où il n'y a pas d'écoles spéciales ce sont évidemment les concours qui existent actuellement... ou n'existent pas du tout.

— Lorsqu'il s'agit de devenir mineur, charpentier, maçon, serrurier, là il n'y a rien.

M. CLAPARÈDE: Mais pour être employé de tramway, téléphoniste, je crois qu'il y a beaucoup de candidats pour très peu de places vacantes. Comment se fait la sélection actuellement? Sans doute par des examens superficiels ou des protections. Il s'agit donc d'affiner les moyens existants; je ne dis pas que nos tests d'épreuves arrivent à une exactitude parfaite, mais ils permettraient d'arriver à des résultats plus probants. Il nous faudrait trouver des épreuves permettant d'éliminer sans hésitation possible un certain nombre d'individus, et d'avoir ensuite à notre disposition d'autres épreuves plus affinées permettant de classer les candidats restants. Nous retombons ici dans l'autre problème, le choix de la carrière: «Découvrir pour un individu donné la carrière qui lui convient». Ici cessent les méthodes d'examen; c'est le psychologue qui doit maintenant intervenir, il doit prendre l'individu, lui causer, l'interroger, le sonder. Pour en revenir à votre question: « Quels sont les organes qualifiés pour mettre en pratique l'organisation professionnelle? », ces organes n'existent pas. Tant qu'il s'agit de procéder à des examens, ce sont les patrons, les écoles qui interviennent; mais pour ce qui concerne les éliminés, ils tombent dans le domaine public, et c'est ici qu'ils reviendront au cabinet d'orientation professionnelle.

— Mais alors, le cabinet d'orientation exerce une action a posteriori, et l'on retrouve quelquesuns des inconvénients présents : le concours considéré comme « struggle for life », l'échec au concours considéré comme un désastre, au lieu que l'idée de l'orientation professionnelle, me semble-t-il, si on la prend dans toute sa valeur, signifie la substitution à cette lutte pour la vie dans les concours, de l'orientation de chacun vers la vocation ou l'activité qui correspond à sa nature; si bien qu'il n'y a pas des réprouvés et des élus, mais autant de candidats que d'élus, élus toutefois à des postes différents.

M. CLAPARÈDE: Ce sont toujours les deux faces de la question, selon que l'on se place au point de vue de l'administration, ou au point de vue de l'individu. Le concours est employé pour abrégé. D'après nos principes, les candidats sont examinés isolément, mais enfin rien dans ce qu'on leur fait faire ne rappelle les concours [p. 1129] traditionnels; il faut qu'ils comprennent que s'ils ne sont pas bons pour telle chose, ils le seront pour telle autre.

— L'idée du concours me paraît viser une affectation très définie, un oui ou un non, sinon même avec des degrés ou des numéros. Par contre l'orientation professionnelle me paraît comporter un « non pour ceci, mais oui pour cela ».

M. CLAPARÈDE: Mais alors ceci suppose que l'ouvrier ou le jeune homme viennent au cabinet d'orientation.

— Je ne voudrais pas du tout ici substituer des vues personnelles à l'information que je désire obtenir; je ne voudrais faire intervenir mes idées que comme un moyen de classer le mouvement des faits actuels. Je vous dirai donc: vous envisagez tour à tour deux activités, l'une d'une administration ou d'un service qui a besoin de fonctionnaires, de collaborateurs, et qui veut trouver le meilleur moyen de les choisir; l'autre, le particulier, qui se présente à un cabinet d'orientation professionnelle, comme s'il allait chez l'avocat, chez le médecin ou chez le notaire. Cependant, il y a des cas dans l'existence où l'on ne se trouve ni dans la première hypothèse ni

dans la seconde, où une sorte de service public existe, par exemple le service général d'instruction ou le service militaire obligatoire. Je vous pose simplement cette question: quelle est la pensée des spécialistes de l'orientation professionnelle sur l'organe qui devrait selon eux être appelé à remplir cette fonction au cas où cette fonction devrait être une fonction générale? En d'autres termes, en font-ils une fonction de la collectivité? Est-ce une fonction sociale? L'orientation professionnelle doit elle être l'oeuvre de la société ou bien laissée à l'initiative privée? Parmi les particuliers, il y en a qui vont tout droit à la mine pour devenir mineurs, aveuglément; il en est d'autres qui iront au cabinet d'orientation professionnelle pour savoir s'ils devront devenir mineurs. Mais chacun n'est-il pas obligé à une époque de la vie de passer par une série d'épreuves ou de conditions de sélection qui lui permettront de savoir automatiquement et d'une façon certaine à quoi il est le plus apte. Concevez-vous l'orientation professionnelle comme une fonction collective?

M. CLAPARÈDE: Oui, plus tard. Si nous ne nous sommes pas encore posés cette question économique et sociale c'est que nous ne voudrions pas faire des plans sociaux avant d'être sûrs qu'au point de vue scientifique nos tests sont valables. C'est un peu par modestie: nous en sommes encore à nos premiers tâtonnements, mais nous, psychologues scientifiques, nous voudrions vérifier si des tests supérieurs existent. Il y a là un travail scientifique qui est nécessaire. Nous ne nous sommes pas encore posé cette question qui viendra après celle de savoir qui, en fin de compte, instituerait ces examens et cette sélection. Pourquoi ne serait-ce pas ces cabinets d'orientation professionnelle, puisqu'ils sont créés dans ce but? Ils constitueraient le premier noyau, et plus tard pourraient être subventionnés par l'Etat, les industries, les chambres de commerce... Si, comme je le crois, au point de vue pratique, le succès attend le principe de l'orientation professionnelle, notre oeuvre deviendrait une fonction sociale au premier chef, au même titre que le Bureau d'hygiène. [p. 1130]

— Ne vous semble-t-il pas que, pour avoir des chances d'arriver à un résultat sérieux vraiment valable, non pas dans un cas particulier et sur l'échelle restreinte d'expériences de laboratoires, mais dans la vie pratique, dans l'industrie, comme on dit, des concours extérieurs si variés et si amples sont nécessaires que la fonction publique doit être considérée comme la condition préalable du succès? C'est par milliers et même par dizaines de milliers que dans un pays se comptent les professions. S'il doit y avoir orientation professionnelle, si l'on substitue le conseil à l'inspiration individuelle, avec tous les éléments d'encouragement collectif, de recommandation, d'intervention extérieure, de « tuyaux » de toute nature fournis par les uns et par les autres — ce qui est encore une forme de sélection —, si l'on substitue quelque chose de rationnel à toutes ces routines grossières et si on annihile la seule inspiration de l'individu ou les moyens traditionnels au profit d'une institution, il faut — et vous en avez le sentiment — que l'institution soit supérieure; mais, pour être supérieure, il faut qu'elle ait un horizon vaste, car comment va-t-elle orienter si elle ne connaît pas tous les points de l'horizon ? Vous parliez tout à l'heure de la rose des professions: c'est un peu cette notion.

M. CLAPARÈDE: Il faut avoir devant soi tous les métiers possibles et imaginables.

— Je comprends très bien qu'une chambre de commerce, qui est le centre où se rencontrent les représentants des professions d'une ville, puisse établir cette rose des métiers. Mais je me demande comment des chercheurs particuliers qui seront privés de contact avec de grands

organes collectifs, tels que les chambres de commerce, les chambres de travail, l'instruction publique, etc., et qui ne seront pas au bénéfice de certains pouvoirs fournis par la loi et qui permettent de demander des renseignements, d'obtenir des informations et de ne pas se heurter au secret professionnel ou simplement au mur de l'entreprise privée, pourront remplir efficacement une telle fonction, il me semble que ces autorisations, ces pouvoirs sont nécessaires si l'on veut sortir de la simple expérimentation initiale pour entrer dans la pratique...

M. CLAPARÈDE: A Genève, l'Etat s'intéresse à nos questions, notamment le département du Commerce et de l'Industrie. Nous pourrions compter sur lui. Jusqu'ici ce sont les chambres de commerce, en France, qui ont l'air de s'intéresser à la chose. J'ai eu, il y a quelque temps, la visite du président de la Chambre de commerce de Marseille. A la suite de notre entretien, il nous a envoyé un jeune homme qui est resté à Genève pendant le mois de juin: nous lui avons montré tout ce que nous avons pu, et il est reparti en se promettant de collaborer à Marseille à la fondation d'une oeuvre analogue à la nôtre. Naturellement l'orientation évoluera petit à petit. Vos conférences internationales vont certainement donner une impulsion à la question.

— Est-ce que M. Fontaigne n'a pas fait quelque chose à Strasbourg?

M. CLAPARÈDE: Strasbourg possède un laboratoire de psychologie. [p. 1131]

— Ce sont les laboratoires de psychologie qui sont les points d'appui ordinaires de l'orientation?

M. CLAPARÈDE: Je crois que cela est nécessaire, car si la chose était entre les mains des techniciens, on tomberait dans les erreurs du taylorisme, qui considère l'individu comme une machine quelconque dont on mesure le mécanisme automatiquement, et qui ne tient pas compte de l'état d'âme.

— Et les physiologistes?

M. CLAPARÈDE: Les physiologistes peuvent nous apporter leur concours en faisant une enquête expérimentale, une investigation. D'ailleurs dans le contact journalier, le physiologiste possède une autre orientation d'esprit; il n'a pas l'habitude de manipuler l'homme. J'aime mieux le psychologue et le médecin. [p. 1132]